



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 1, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 1 - EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS. LEIS DA EDUCAÇÃO.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.01.51>

Recebido em: **07/08/2020**

Aprovado em: **10/08/2020**

A CONSTRUÇÃO DA BNCC E DO CURRÍCULO DE SERGIPE COMO TECNOLOGIA  
DE GOVERNO

ROGERIO TENORIO DE AZEVEDO

<https://orcid.org/0000-0002-7154-7236>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a construção da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo de Sergipe a partir da perspectiva do conceito de tecnologia de governo. Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter analítico e interpretativista, que tem como objetos a BNCC e o Currículo de Sergipe. Após uma discussão sobre os conceitos de técnicas de governo, biopoder e biopolítica, problematizamos o processo de construção desses documentos curriculares. Por fim discutimos os principais apontamentos do referido Currículo no componente curricular língua inglesa. Para alcançar o objetivo do artigo, utilizaremos as considerações de autores que analisam a obra de Michel Foucault. Concluimos que o estudo detido dos documentos curriculares, nesse momento de intensas reformas curriculares, evidencia as técnicas de governo e a racionalidade neoliberal embutida nesses documentos, o que nos permite ler essas propostas curriculares e caminhar em direção a uma educação menor, que problematize os impactos da organização curricular na construção de subjetividades de estudantes e professores.

**Palavras-chave:** subjetividade, educação menor, currículo

## ABSTRACT

This work aims to problematize the construction of the Brazilian National Common Curricular Reference (Base Nacional Comum Curricular) and the Curriculum of Sergipe from the perspective of the concept of *government technology*. This is a bibliographic study, of an analytical and interpretative character, whose objects are the BNCC and the Curriculum of Sergipe. After a discussion on the concepts of government techniques, biopower and biopolitics, we problematize the process of writing these curricular documents. Finally, we discuss the main notes of that Curriculum of English language. To achieve the objective of the article, we will use the considerations of authors who analyze the work of Michel Foucault. We conclude that the study carried out of the curriculum documents, in this moment of intense curricular reforms, shows the governmental techniques and the neoliberal rationality embedded in these documents, which allows us to read these curricular proposals and move towards a smaller education, which problematizes the impacts of curricular organization in the construction of subjectivities of students and teachers.

**Keyword:** subjectivity, minor education, curriculum

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo problematizar a construção da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo de Sergipe, a partir do conceito de *técnicas de governo* (FOUCAULT, 1993). Trata-se de um estudo bibliográfico, analítico e interpretativista que busca problematizar a construção da Base Nacional Comum Curricular -BNCC (BRASIL, 2017) e do Currículo de Sergipe – CSE (SERGIPE, 2018).

Dividimos o texto em três partes: primeiro vamos discutir sobre a noção de técnicas de governo a partir de Foucault (1993), buscando estabelecer um olhar crítico sobre o currículo. Em seguida vamos descrever o processo de construção da BNCC e do CSE, no contexto atual de reformas curriculares que vem ocorrendo no Brasil, trazendo também a contestação desse processo pelo movimento sindical, no sentido de demonstrar como as técnicas de governo sofrem resistências em diversos contextos. Por fim comentaremos alguns trechos do texto introdutório do CSE, buscando evidenciar como as técnicas de governo operam a racionalidade neoliberal.

## O currículo como tecnologia de governo

Considerando o currículo como um documento em disputa, mas, ao mesmo tempo, um documento que carrega em si um caráter positivo em relação às possibilidades de mudança no cenário educacional contemporâneo, é importante perceber como as diversas forças atuam para conduzir o trabalho docente e discente na construção das subjetividades. Segundo Bampi (2000)

para a teorização curricular pós-crítica, analisar o currículo como tecnologia de governo implica atentar para as formas de saber orientadas não somente para conduzir e moldar a conduta dos indivíduos, mas também, para as que capacitam os indivíduos a aplicar poder sobre si, aquelas que se destinam as suas próprias condutas (BAMPI, 2000, p. 1).

Assim, ao olharmos para a BNCC e para o Currículo de Sergipe de Língua Inglesa, é importante compreender como aquilo que está registrado no texto introdutório contribui para moldar a conduta dos professores de inglês e estudantes, bem como capacitá-los a regularem a si mesmos em torno de uma agenda neoliberal.

É importante ressaltar que o CSE, enquanto documento, não explicita ao professor/a que ele/ela irá contribuir para a construção de um indivíduo que irá operar na lógica neoliberal ou qualquer outra lógica. A constituição do Currículo está quase sempre investida na tentativa de se apresentar como documento técnico, a-histórico e a-ideológico. Por isso, a tarefa de interpretar o currículo e de identificar as técnicas de governo são tarefas complexas. A própria definição de governo apresentada por Foucault (1993) explicita essa relação difícil. Para Foucault (1993, p. 207),

o ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode chamar-se a isto o governo. Governar as pessoas no sentido lato do termo, tal como se dizia, na França no século XVI do governar as crianças, ou do governar a família, ou governar almas, não é uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governador quer. É sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais *o eu* é construído e modificado por si próprio (FOUCAULT, 1993).

Percebe-se que Foucault utiliza a ideia de governo como algo mais amplo do que a administração do Estado ou gestão administrativa. Aqui governo é entendido como formas de dirigir a conduta dos indivíduos. Partindo do argumento apresentado pelo autor, a atuação consciente do/a professor/a e dos/as pesquisadores/as pode ser capaz de identificar os modos de manipulação, construção e modificação do *eu* por si próprio, através das técnicas de governo.

Neste sentido, há pontos de contato entre a teorização de Foucault e aquilo que alertava B. F. Skinner, ao defender a teoria comportamentalista. Se nos desapegamos de uma visão linear da história, podemos perceber que determinados argumentos, embora, advindos de uma visão supostamente positivista de B. F. Skinner, podem contribuir significativamente para a relação professor-aluno no âmbito do processo educativo, posto que problematizam a questão das técnicas de governo sobre os indivíduos. Neste sentido, em uma entrevista concedida a Elizabeth Hall, intitulada “Para além da liberdade e da dignidade”, no âmbito da revista *Psychology Today Magazine* (SKINNER, 2020), Skinner argumenta da seguinte forma:

não reconhecemos que também somos controlados quando fazemos o que queremos, quando nos sentimos livres. O “sentimento” é o que está errado aqui. Se você apenas diz, “liberdade é sentir-se livre. Quando faço o que quero, sou livre” - e isso foi o que Voltaire e outros disseram na literatura sobre liberdade -, então você está preso, porque isso não te dá nenhum preparo para lidar com os tipos de controles que as pessoas exercem ao te fazerem querer fazer o que você quer, e quando você o faz, as agrada, e é nisso que elas trabalham. Portanto, você está vulnerável. E a literatura sobre liberdade nunca considerou adequadamente os perigos inerentes ao tipo de controle que atua pela vontade em vez da punição. [...] Você é controlado pelo ambiente físico em que vive, é controlado pelo ambiente social. Isso está acontecendo e devemos reconhecer. A literatura sobre liberdade não nos prepara para lidar com isso. Ela só se preocupa com as coisas das quais você quer fugir, em outras palavras, com o controle aversivo.

Nota-se que a preocupação de Skinner é colocar destaque sobre as técnicas de governo que conduzem as pessoas a fazer aquilo que elas acham que é decidido por elas próprias. O pesquisador pondera que a escola, por se preocupar somente em conscientizar os alunos para as estratégias de violência e coerção, acaba por negligenciar as técnicas do eu. Assim, admite-se a complexidade em perceber como as técnicas de governo operam numa lógica de conduzir as pessoas, no nosso caso, professores, gestores e alunos, a desejarem ou concordarem com a mudança curricular proposta.

Mais adiante, Foucault (1993) argumenta ainda que as técnicas de governo levam os indivíduos não só a obedecer, mas também a produzir a verdade acerca de si próprios. Por isso, “o auto-exame, o exame de consciência e a confissão encontram-se entre os mais importantes desses procedimentos”. Bampi (2000, p. 3), a partir da leitura de Foucault, chama a atenção para o fato de estarmos atentos não só às *técnicas de dominação*, (que geralmente utilizam a coerção e a violência), mas às *técnicas do eu*, que fazem os indivíduos agirem uns sobre os outros e sobre si mesmos.

Nesse sentido, vamos olhar para o currículo para identificar como os textos curriculares direcionam demandas de ensino e aprendizagem que fazem os alunos e professores agirem sobre si próprios. Para os alunos, essas técnicas do eu geram demandas como “eu preciso aprender tais coisas, de tais maneiras para ser capaz de fazer determinadas coisas” que são pré-estabelecidas pelo currículo; por sua vez, os professores agem sobre si próprios ao buscarem ensinar determinados conteúdos, de determinadas formas para alcançar determinados objetivos, conforme registrados na BNCC e no Currículo. Ao evidenciarem que não conseguem fazer o que as técnicas de si determinam, passam a sentir a necessidade de serem guiados por outros, que no caso desse estudo, são as instituições do terceiro setor mercantil.

Outra questão importante, conforme coloca Bampi (2000, p. 5), é que o Estado não é o único lugar ou a única forma de exercício do poder. Porém, o Estado é visto como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e de intervenções. No caso específico das construções curriculares, as diversas forças que atuam na educação se relacionam em alinhamento ou contestação ao Estado, mesmo que estejam, na verdade, contrapondo forças externas a ele. Assim, os sindicatos que se opuseram a construção da BNCC e do Currículo de Sergipe, como se verá adiante, estavam se opondo, por via do Estado, a uma agenda produzida fora do Estado, mas que opera por meio dele.

Além disso, os direcionamentos relativos ao ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa podem

também ser analisados pela perspectiva dos conceitos de biopoder e biopolítica, porque dizem respeito ao que os estudantes devem pensar e desejar a partir da aprendizagem de inglês. Miguel e Tomazetti (2019), ao analisarem o que diz Foucault sobre esses conceitos, afirmam que biopoder e biopolítica estão intimamente relacionados entre si e com estratégias que visam a intervenção em características vitais da população. Furtado e Camilo (2016, p. 36) explicam que Foucault define biopoder como o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder. Os autores, a partir da análise de Foucault, indicam que a biopolítica, como um neologismo, significa um polo complementar ao biopoder. Ela indica uma intervenção do estado nos aspectos vitais das populações em função do interesse de torná-la cada vez mais produtiva.

As técnicas de governo e biopoder são legitimadas nos textos curriculares, assim como nas normas legais do ordenamento democrático e materializadas pela conduta humana, como se verá a seguir, quando falaremos sobre o processo de construção da BNCC e do CSE.

### **Construção da BNCC como técnica de governo**

Nesta seção vamos problematizar o processo de construção da BNCC, buscando discutir sobre como as técnicas de governo operam numa lógica que pode ser considerada favorável ao *terceiro setor mercantil* e desfavorável aos docentes em serviço, dentro do ordenamento jurídico democrático.

Segundo a narrativa oficial (BRASIL, 2020), a BNCC

é um documento de **caráter normativo** que define o **conjunto progressivo** de aprendizagens essenciais que **todos os alunos** devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (grifo nosso).

Ao dizer que a Base tem caráter normativo, ela ganha força de lei e passa a ser obrigatória para todas as redes, seja ela pública ou privada, federal, estadual ou municipal, noção que é reforçada pelas expressões “todos os alunos” e “etapas e modalidade”.

A noção de caráter progressivo implica que as aprendizagens inseridas na BNCC se constituem como um contínuo que perpassa as séries da Educação Básica, de modo que aquilo que um aluno aprende no 6º ano é requisito para novas aprendizagens nos anos posteriores. Embora não esteja presente no texto, infere-se que está sendo considerada Educação Básica o percurso que vai da educação infantil até o fim do ensino médio, uma vez que a Base abrangeu todo esse período. Então, se considerarmos que a educação infantil compreende os primeiros 5 anos de vida dos estudantes; o Ensino Fundamental envolve mais 9 anos e o Ensino Médio, 3 anos, estamos falando de um período de 17 anos de escolarização conduzidos sob a égide da BNCC.

O texto também explicita que as aprendizagens da BNCC são essenciais, o que carrega dois sentidos, pelo menos: (1) de que não podem ser contornadas, substituídas ou subtraídas e (2) que as redes podem desenvolver outras aprendizagens também essenciais ou adicionais, complementares àquelas trazidas pela Base.

Diante dessas restrições e aberturas, cabe questionar se elas encontram respaldo na legislação democrática vigente. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 210, determina que

Art. 210. Serão fixados **conteúdos mínimos para o ensino fundamental**, de maneira a assegurar **formação básica comum** e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988, *grifos nossos*).

Assim, a ideia da construção de um documento curricular ou de uma Base Nacional Comum, que definisse as aprendizagens mínimas para todo o Brasil, remonta a pelo menos 30 anos. Além disso, o legislador constitucional alertou que essa eventual Base teria que respeitar os valores culturais e artísticos nacionais e regionais, indicando para um respeito à diferença. Assim, ao mesmo tempo que há a exigência constitucional de uma Base, há um direcionamento a que os territórios (estados e municípios) construam documentos que considerem as questões locais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) foi mais específica ao dizer, em seu Art. 26, que

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum**, a ser complementada, em cada **sistema de ensino** e em cada **estabelecimento escolar**, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Assim, a LDB, além de respaldar a construção de uma Base Nacional, aponta para a construção de currículos locais no âmbito das redes e no âmbito das escolas. Nesse sentido, o Currículo de Sergipe é também uma resposta ao comando da LDB para as redes de ensino, assim como os Projetos Político-Pedagógicos atendem a essa demanda no âmbito das unidades escolares.

Nos parágrafos desse artigo, a LDB apresenta, ainda, as demandas de cada componente curricular, determinando, em seu parágrafo 5º, que Língua Inglesa seja ofertada a partir do 6º ano. Desta maneira, a construção de currículos estaduais e municipais, bem como a (re)elaboração de Projetos Político-Pedagógicos para explicitar as características regionais e locais de cada localidade do Brasil atende a essa demanda, assim como a oferta de língua inglesa a partir do 6º ano.

Contudo, é evidente que o processo de construção desses documentos e os seus fins são o resultado das disputas políticas e ideológicas e das técnicas de governo do momento histórico dessa construção. A BNCC começa a ser gestada em 2015, na gestão do ministro Renato Janine Ribeiro, durante o governo Dilma Rousseff. O primeiro grande movimento em direção à construção da BNCC foi a publicação da Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 (BRASIL, 2015), que instituiu a comissão nacional para elaboração da versão preliminar da BNCC. A comissão foi formada por 116 professores pesquisadores universitários, escolhidos entre formadores de professores da educação básica (BRASIL, 2015), perpassando várias gestões do MEC, até ser homologada pelo Conselho Nacional de Educação, nos últimos momentos da gestão do ministro José Mendonça Filho, em dezembro de 2017, no governo Michel Temer.

A primeira versão, produzida pela comissão, em 2015, recebeu contribuições de professores e membros da sociedade civil organizada, totalizando 12 milhões de contribuições (BRASIL, 2020b), resultando numa 2ª versão, que foi debatida através de seminários estaduais com professores, gestores e especialistas. Em seguida, em 2016, começa a ser produzida a 3ª versão da BNCC. Essa produção, segundo Caetano (2019), se deu para atender aos interesses do terceiro setor mercantil, que são “fundações e institutos que operam a partir de ferramentas gerenciais e estão ligadas de alguma forma ao mercado, como bancos, instituições financeiras, entre outros” (CAETANO, 2019, p. 133). Segundo a autora,

as reformas educacionais em curso no Brasil redefinem as formas de compreender a gestão da educação e da escola introduzindo novos elementos, como as parcerias público-privadas, a gestão por resultados, o voluntariado, a filantropia, a terceirização e, também, o que chamamos de privatização, trazendo implicações à educação e à escola (CAETANO, 2019, p. 134).

As implicações são amplas e variadas. Vão desde o sucateamento da educação pública até a redefinição da noção de cidadania dentro do regime democrático. O desafio dessas instituições é criar um discurso público de incapacidade da escola pública e do Estado para gerenciar a educação e, ao mesmo tempo, um discurso de eficiência e eficácia do setor privado no que tange à gestão empres

supostamente necessária para o setor público avançar. Esse discurso cria a oportunidade para que essas instituições atuem como “salvadoras” da pátria. Caetano (2019) argumenta que,

para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados, oportunizando novos negócios, e as reformas educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. O mercado cresce, partindo das reformas e das novas demandas criadas por elas. As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos, privilegiando soluções privadas (CAETANO, 2019, p. 136).

Nessa perspectiva, as universidades deixam de ser os grandes centros formadores de professores, no sentido técnico que espera desses documentos; os professores em serviço deixam de ser protagonistas quanto à construção de seus próprios materiais didáticos; as avaliações externas vão medir o desempenho dos estudantes e também condicionar as escolhas pedagógicas do/a professor/a. Por isso, acredito que merecem ser estudadas em maior profundidade as técnicas de governo que fazem com que os próprios professores, gestores escolares e gestores educacionais passem a desejar essas soluções externas e conseqüentemente se conformem com o próprio fracasso.

### **Construção do Currículo de Sergipe como tecnologia de governo**

O CSE consiste de um documento curricular que contém as aprendizagens (competências e habilidades) a ser ensinadas aos estudantes das escolas públicas e privadas do território de Sergipe. Portanto, trata-se de um documento cujas orientações e normatizações têm abrangência estadual. O CSE é um desdobramento ou contextualização da BNCC no estado de Sergipe.

A BNCC está dividida em três etapas: (1) Educação Infantil; (2) Ensino Fundamental e (3) Ensino Médio. Contudo, a versão vigente do Currículo de Sergipe contém, por enquanto, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, pois quando foi homologado, em 2018, a BNCC correspondente à etapa do Ensino Médio não havia sido homologada. Para a implementação do Currículo, foi proposto pelo Estado de Sergipe uma pactuação, que visava garantir que o currículo fosse implementado em todo o território. Os 75 municípios de Sergipe assinaram um termo de pactuação, em que se comprometeram a adotar o CSE. O documento contém as mesmas competências gerais da BNCC, as competências das áreas e as competências específicas de cada componente curricular.

A elaboração do Currículo de Sergipe faz parte de um conjunto de mudanças curriculares desencadeadas com a homologação da BNCC, em 2017. A partir da Base, o Ministério da Educação tem fomentado mudanças das avaliações externas, dos materiais didáticos, das formações inicial e continuada de professores e a reelaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. A expectativa é de que esse conjunto de reformas altere o desempenho dos estudantes brasileiros nos próximos anos. Neste sentido, em 2018, o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, o ProBNCC, que consiste em apoio técnico, administrativo e financeiro para a implementação dessa mudança.

Em Sergipe, foi criada a Comissão Estadual de Mobilização para a Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado de Sergipe – BNCC/SE, através da Portaria 8.780/2018/SEDUC (SERGIPE, 2018b). Em seguida, no mesmo ano, foi montada uma equipe, composta por professores da rede estadual e de redes municipais, para elaborar o Currículo de Sergipe. Os docentes, chamados no programa de “redatores”, foram indicados pelos gestores das redes às quais estão vinculados, de forma paritária, ou seja, representando rede estadual e as redes municipais. A União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME) e Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) ficaram responsáveis por articular essas indicações em Sergipe. Por exemplo, o componente curricular Língua Inglesa contou com um professor-redator indicado pela rede municipal de Aracaju e uma redatora indicada pela rede estadual de ensino. A coordenação estadual do programa conta

com um representante da UNDIME e um representante do CONSED.

O processo de elaboração do Currículo de Sergipe se deu da seguinte forma: a equipe ProBNCC realizou, em 2018, a leitura da BNCC e participou de encontros formativos e de alinhamento com a BNCC e em seguida elaborou o Currículo, mantendo todas as aprendizagens contidas na BNCC e fazendo adequações à realidade de Sergipe. Quando as aprendizagens foram consideradas insuficientes, foram criadas novas habilidades.

Depois de elaborada uma versão preliminar, esta foi submetida à consulta pública em duas etapas. Na primeira, foram realizados oito seminários regionais, em oito polos do estado, sendo convidados professores das redes estadual, municipais e da rede privada. Na segunda etapa, o Currículo foi disponibilizado em uma plataforma online para que qualquer pessoa (professor ou não) pudesse analisar os textos e as habilidades e oferecesse modificações ou ampliações. A plataforma ficou aberta durante o mês de setembro. Após a análise e inserção das contribuições que atendiam aos critérios previamente estabelecidos, o Currículo foi homologado em dezembro de 2018, pela Resolução Normativa nº 4/2018, do Conselho Estadual de Educação (SERGIPE, 2018c). A referida normativa regulamentou a implementação do currículo nos sistemas de ensino sob jurisdição do Estado de Sergipe, servindo de referência para diversas outras resoluções com igual função no âmbito dos diversos municípios de Sergipe.

Logicamente essa cronologia resumida exclui muitos acontecimentos e traz um ponto de vista. Por isso é importante investigar como esse processo foi compreendido por movimentos que enxergaram nele aspectos das técnicas de governo neoliberal. Em junho de 2018, o Sindicato dos Professores da rede estadual e das redes municipais de Sergipe - SINTESE, publicou dois cadernos em que faz uma análise da BNCC e propõe alternativas de construção curricular para o estado de Sergipe. Após a regulamentação do Currículo de Sergipe, em 2018, o SINTESE publicou em seu site oficial um artigo, de autoria de Luana Ligado, comentando o referido Currículo. Em ambos os documentos o SINTESE procura evidenciar a construção da BNCC e do Currículo de Sergipe como referenciais elaborados sob influência de uma racionalidade neoliberal. Segundo o sindicato, a BNCC

foi resultado de um processo aligeirado, antidemocrático, capitaneado por um forte grupo de empresários da educação que está conduzindo o sistema de ensino a um processo de precarização, privatização e mercantilização (SINTESE, 2018, p. 5).

Na narrativa do sindicato, o processo de elaboração da BNCC representava o que Caetano (2019) chamou de endoprivatização, que ocorre por meio da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública. O desenvolvimento curricular na esfera pública, coordenado por instituições privadas, segundo a autora, é um exemplo desse processo, que pode abranger a formação continuada, consultorias educacionais, produção de material, avaliação, entre outros.

Para Caetano (2019, p. 139), “a BNCC se inscreve em um projeto de sucateamento da educação com o objetivo de privatizá-la por dentro e por fora, atendendo aos interesses do capital”. A autora lembra, ainda, que, a partir da captura das políticas públicas por agentes privados “o mercado passa a ser o parâmetro de qualidade para os problemas sociais” e modelos externos são apresentados como solução à suposta falta de produtividade da educação brasileira (CAETANO, 2019, p. 136).

Seguindo a mesma linha, ao falar sobre o Currículo de Sergipe, Luana Ligado escreve no artigo, publicado na página do sindicato, que

O currículo apresentado pela SEED e pela Undime torna ainda mais cruel a implantação da BNCC do Ensino Infantil e Fundamental, em Sergipe. A SEED e a Undime apontam em seu documento ‘o que’ e ‘como’ os professores e professoras devem trabalhar em sala de aula com o objetivo de alcançar todas “Competências” e “Habilidades” impostas pela BNCC do Ensino Infantil e Fundamental, construída pelo governo golpista de Temer (LIGADO, 2018).

Mesmo sem explicitar, esses documentos apresentam a análise dos processos de construção curricular como oriundos de técnicas de governo que escondem intencionalidades alinhadas a uma racionalidade neoliberal. Ao falar dessa racionalidade neoliberal que tem levado à precarização dos processos educacionais, Veiga-Neto (2018) lista alguns aspectos importantes como a *celebração da inclusão*, o *individualismo*, as *lutas por status* sociais e profissionais cada vez mais altos, esforços permanentes para aumentar o *capital humano*, o *endividamento infinito*, a *espetacularização* da vida, a *educação continuada*, o *empreendedorismo/autoempresariamento*, a *despolitização* e a *precarização* em si. Por questões de espaço, não aprofundaremos esses aspectos, mas é importante mencioná-los para delimitar os principais aspectos desse embate.

Segundo o autor,

a partilha do *ethos* neoliberal depende, necessariamente, de que todos sejam educados em sintonia com os ditames neoliberais. Tais ditames vão usar o currículo como grande operador dos códigos de verificação, permissões e interdições, do que é pensável e dizível, aceitável e suportável (VEIGA-NETO, 2018, p. 42).

Assim, pode-se pensar no currículo como local privilegiado de atuação da racionalidade neoliberal no âmbito da educação, ao mesmo tempo em que se configura como um território para se construir perspectivas de mudança.

### **Técnicas de governo no Currículo de Língua Inglesa**

Nesta seção vamos analisar algumas passagens do texto introdutório ao componente curricular Língua Inglesa, no Currículo de Sergipe, no sentido de discutir como as técnicas de governo operam no direcionamento da vida do estudante desse componente. Pode-se dizer que essas técnicas atuam em dois momentos, a saber: naquilo que o currículo projeta em relação ao que o aluno deve ser, no que ele/ela deve saber e naquilo que ele/ela deve saber fazer. Neste sentido, ao estabelecer o objetivo do Currículo de Língua Inglesa, o Currículo de Sergipe (SERGIPE, 2018a) coloca que

visa formar um estudante que saiba usar de modo crítico, responsável e ético a língua estrangeira para interagir com outros cidadãos em variados contextos locais e globais, no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e o de sua comunidade, bem como com o desenvolvimento do Estado de Sergipe (SERGIPE, 2018, p. 141).

Como se pode notar, o documento articula a maneira como os estudantes devem pensar, bem como a utilidade que deve ser dada a sua aprendizagem. As aprendizagens estão vinculadas a valores e atitudes, de modo que o estudante vai precisar aprender o conteúdo de uma maneira específica e para usos determinados pelo texto curricular. Essa especificação, por sua vez, gera compromissos que vão contribuir para definir as formas de subjetivação de professores e alunos. Pode-se questionar, por exemplo, como o estudante será subjetivado se ele aprender inglês, mas não conseguir utilizá-lo de modo crítico, responsável e ético ou caso ele não tenha interesse em contribuir com o desenvolvimento do Estado de Sergipe.

Conforme aponta SILVA (1994), a ideia de currículo corporifica uma organização particular do conhecimento pela qual os indivíduos devem regular e disciplinar a si próprios como membros de uma comunidade/sociedade. O trecho a seguir evidencia a maneira como o currículo permite a regulação de alunos e professores entre si ao dizer que

tomando como referência a BNCC, o ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental, deve permitir ao aluno inserir-se no mundo globalizado e contribuir para sua preparação para o mercado de trabalho (SERGIPE, 2018, p. 142).

Desse modo, o ensino de inglês que não esteja direcionado à inserção do aluno no mundo

globalizado ou sua preparação para o mercado pode ser considerado como estando em desacordo com o currículo e as técnicas de governo. Por esses direcionamentos é possível determinar noções de sucesso e de fracasso no ensino e na aprendizagem de Língua Inglesa, o que contribuirá para a construção identitária de professores e estudantes.

### **Considerações Finais**

Partindo da discussão apresentada no início deste artigo, podemos dizer que estão presentes no documento curricular indicações tanto das técnicas de dominação quanto de controle dos indivíduos sobre si próprios, de modo que, se os professores seguirem à risca o que está posto nos documentos curriculares, podem vir a se tornar o que Gallo (2002) chamou de professor-profeta, que do alto de sua sabedoria diz aos outros o que deve ser feito.

Neste sentido, ao compreendermos esses processos de governo, inseridos nos textos curriculares, que articulam técnicas de dominação, manipulação e as técnicas do eu, é possível, talvez, apontar alternativas para a construção de outras possibilidades no ensino de inglês no Estado de Sergipe. Isso porque sabemos, conforme Bampi (2000), que as técnicas de governo produzem modos de falar, de se comportar e de agir que supõem ideais e aspirações. São um conjunto de procedimentos e operações, vinculados a efeitos locais de poder, que normalizam e instrumentalizam as condutas dos indivíduos e dos grupos. Por isso, para a autora, o currículo é enxergado como uma tecnologia de governo.

Se não vamos atuar numa proposta revolucionária de rompimento com toda a racionalidade neoliberal, podemos pensar em atuarmos como professores-militantes, não no sentido partidário, mas no sentido que Gallo (2002) indica como

aquele que procura viver a miséria do mundo, e procura viver a miséria de seus alunos, seja ela qual miséria for, porque necessariamente miséria não é apenas uma miséria econômica; temos miséria social, temos miséria cultural, temos miséria ética, miséria de valores. Mesmo em situações em que os alunos não são nem um pouco miseráveis do ponto de vista econômico, certamente eles experimentam uma série de misérias outras. O professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente (GALLO, 2002, p. 171).

Assim, essa militância, que acontece na sala de aula, permite identificar as técnicas de governo presentes nos documentos curriculares, no sentido de oferecer alternativas para a construção de um currículo ou de uma educação menor, no sentido trazido por Gallo (2002), como aquela que está comprometida com a transformação do *status quo*, em função do interesse daqueles que mais necessitam. Em um cenário ideal, as propostas curriculares deveriam ser elaboradas a partir de um processo de empoderamento dos professores com relação ao fazer educativo e de um compromisso ético com a luta por melhorias estruturais, remuneratórias e sociais no campo educacional.

## Referências Bibliográficas.

BAMPI, Lisete. **Currículo como tecnologia de governo de cidadãos e cidadãos**. 23ª Reunião da ANPed. Caxambu, MG: ANPed. 2000. p. 1-18.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Início. Ministério da Educação. 2020a. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 06 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Histórico. Ministério da Educação. 2020b. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 06 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 23/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 592**, de 17 de junho de 2015. Diário Oficial da União de 18 de junho de 2015.

CAETANO, Maria Raquel. A Base Nacional Comum Curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. **Revista Contrapontos** - Eletrônica. Vol. 19. Nº 2. Itajaí. Jan.-dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**. nº 19. António Fernando Cascais. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223. Disponível em <[shorturl.at/cfGT3](http://shorturl.at/cfGT3)>. Acesso em 07 de ago. 2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Revista Educação & Realidade**. v. 27, n. 2. 2002, p. 169-178.

LIGADO, Luana Capistrano. **Resista a BNCC: SEED e Undime lançam currículo de Sergipe para controlar professores e professoras em sala de aula**. SINTESE, 2018. Disponível em <[shorturl.at/jkES1](http://shorturl.at/jkES1)>. Acesso em 10 de dez. 2019.

MIGUEL, Iván Gregório Silva; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. #Zikazero: o empreendedorismo na educação como estratégia produtora de governamentalidade neoliberal. **Acta Scientiarum. Education**, v. 41, n. 1, p. e35321, 2 jan. 2019. p. 1-10. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/35321>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

1. Professor de Língua Inglesa da Rede Municipal de Aracaju. Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Letras pelo PPGL-UFS. Whatsapp: 79-9-9820-2030. E-mail: [tenorio.english@gmail.com](mailto:tenorio.english@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7154-7236>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8179551503040000>. Blog: [proftenorio.com.br](http://proftenorio.com.br).